

**INTELECTUAIS SUBALTERNOS E O PODER:
UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE MÁRIO PINTO DE ANDRADE E DE
AMÍLCAR CABRAL NAS LUTAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA E
GUINÉ-BISSAU NOS ANOS DE 1960-1970.**

Wendel Damasceno Oliveira¹

Resumo: O presente artigo insere-se na temática da emergência da luta anticolonial, promovida em Angola e Guiné nas décadas de 1960 e 1970, sob a dinâmica do sistema-mundo moderno/colonial. O enfoque de nosso trabalho dá-se a partir de um diálogo entre as representações, as produções e as práxis dos intelectuais Mário Pinto de Andrade (1928-1990) e Amílcar Cabral (1924-1973). Este foi presidente do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e aquele foi presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Suas produções nos permitem fazer uma reflexão acerca dos processos de identificação da “nação” que se forjaram no processo de luta anticolonial. A metodologia utilizada foi a *História intelectual* de Sirinelli, cujo estudo se assenta na *Nova História Política*, tendo como objetivo identificar a defasagem entre discursos ideológicos e os eventos políticos.

Palavras-chaves: Intelectuais. Colonialismo. Poder.

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é os intelectuais em suas relações com o poder. Antes de analisarmos as especificidades dos intelectuais Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral no contexto colonial português, durante o processo de libertação nacional, optei por fazer uma breve análise histórico-sociológica da categoria intelectual, cujas discussões percorreram todo o século XX. Durante este período, os trabalhos de Julien Benda, Benedetto Croce, Gramsci, Karl Mannheim, Ortega y Gasset, Norberto Bobbio, Bourdieu e Edward Said são autores que refletiram sobre este objeto de estudo, os intelectuais.

Todas as sociedades em todos os tempos tiveram seus intelectuais ou aqueles que detêm o poder ideológico (sábios, doutos, filósofos, literatos, casta religiosa, sacerdote ou clérigos), que atuam nas mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo ou de ensinamentos práticos (BOBBIO, 1997, p. 11). Os intelectuais, portanto, não se restringem apenas aos sujeitos urbanos letrados da modernidade eurocentrada, podendo uma comunidade negra ou indígena do campo ou das florestas também possuir seus representantes que atuam na função de intelectual, apesar de serem nomeados com outras

¹ Mestrando na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades. E-mail: wendel230@hotmail.com.

nomenclaturas.

De todo modo, as origens modernas do termo intelectual estão ligadas com o caso Dreyfus (1898). Este fato ocorreu na França, quando Emile Zola, defendendo os valores da justiça e da verdade, publica uma carta-aberta ao Presidente Félix Faure, em 13 de janeiro 1898, no jornal parisiense *L'aurore*, protestando contra o julgamento iníquo de Dreyfus. Durante alguns dias, vários artistas, jornalistas, professores universitários, escritores, advogados, arquitetos, músicos e profissionais de outras áreas publicaram seus protestos nos jornais franceses, defendendo o posicionamento de Emile Zola. Já, no dia 23 de janeiro de 1898, o chefe da redação do jornal *L'aurore*, George Clemenceau, afirmou que: “Não haverá aqui um sinal, no facto de todos esses intelectuais chegados dos horizontes mais diversos, se unirem em torno de uma ideia?” (BAUMAN, 2007, p. 227).

O nascimento do termo intelectual, portanto, originou-se no meio urbano e com implicações políticas, haja vista ter como evento fundante uma carta endereçada ao presidente, exigindo uma ação quanto ao julgamento de Dreyfus, que seria condenado em virtude de sua origem judaica. Esse fato evidencia uma fricção entre detentores do poder político e do poder ideológico, cuja relação é não-simétrica, alterando-se conforme as circunstâncias de aliança ou de disputa (BOBBIO, 1997, p. 13). A partir do caso Dreyfus, os intelectuais, enquanto “homens de letras” ou “homens de cultura da elite”, passaram a ser identificados como um grupo crítico atuante nas questões políticas e/ou nas discussões públicas da sociedade. Para Said (2005, p. 25-26)

A questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia, ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete.

Essa tarefa do intelectual de trazer ao público os problemas da sociedade que insistem em serem postos “debaixo do tapete”, de fato, esteve muito presente no caso Dreyfus, haja vista o antissemitismo estar muito presente naquele momento na sociedade francesa e na Europa. Contudo, os intelectuais na modernidade eurocentrada não nasceram no século XIX, sociologicamente, eles compõem um agrupamento da elite formado aos poucos no decorrer do processo civilizador europeu.

A partir do século XVI, a Europa Ocidental foi cenário de uma cisão das elites por iniciativa destas – de um movimento de extrema valorização, que congelava o resto da sociedade na condição de uma “massa”, definida antes do mais pelos seus traços de ignorância, irracionalidade, vulgaridade, brutalidade, deficiente humanidade, insuficiente emancipação da natureza animal e estatuto de presa de paixões que seria necessário domesticar ou sufocar. [...]. Os dominantes governavam agora em nome da promoção de valores superiores – quer o fizessem protegendo-os da contaminação e da degradação, ou difundindo-os entre a fração (grosseira, impolida, não-civilizada) da população, o que lhes permitiam combinarem o papel de vigilantes com o de professores. Este tipo de autodefinição reformulava a dominação efetiva – política, econômica e social – nos termos de um projeto de hegemonia cultural (BAUMAN, 2007, p. 230).

Essa reformulação do projeto de poder, ocorrido lentamente desde o século XVI tanto na Europa quanto em suas colônias, causou a cisão entre elite e massa. Os “homens de letras” eram os grandes portadores e divulgadores desses novos valores culturais. O processo civilizador, portanto, implica a criação de novas formas de exercício de poder, de controle social e de novas práticas culturais, nas quais a “massa” deveria adquirir costumes mais refinados para evitar a “luta do homem contra homem”. Assim,

Foi esta última prescrição que abriu um espaço social funcionalmente importante aos produtores e distribuidores de ideias. Pelo seu lado, estes últimos faziam todos os possíveis por conseguir que à prescrição em causa fosse atribuída o mais decisivo papel estratégico nos processos de construção e de manutenção da ordem. A cultura enquanto teoria da ordem social e enquanto prática social de cultivo era um produto deste reforço mútuo. A teoria considerava que os homens e as mulheres por si próprios eram incapazes de coexistir pacificamente e estavam despreparados para enfrentar as exigências complexas e forçosas da existência social; que não seriam capazes de superar esta sua condição deficitária sem assistência qualificada, e que por isso deveriam ser assistidos pelos “conhecedores”: teriam de ser educados e educadas de maneira a que adquirissem as ideias e as competências que os “conhecedores” asseveravam ser corretas e adequadas. A prática, por outro lado, deveria instaurar o papel dos homens de ideias, fazendo-os ascender da ordem social. (BAUMAN, 2007, p. 231).

Neste sentido, os “produtores de ideias”, os “grandes pensadores” ou os intelectuais durante o processo civilizador europeu tinham a função social de elaborar teorias para a construção dos novos valores capazes, cujo objetivo era construir a coesão social e conferir ou não legitimidade as ações políticas praticadas da modernidade eurocentrada. Essa relação entre saber e poder ou entre intelectuais e elite ocorreu na Europa Ocidental, bem como em suas colônias, haja vista os fluxos de ideias e pessoas, ocasionados pela formação dos impérios europeus, desde o século XVI, com a formação de elites periféricas ou coloniais que estudavam nas metrópoles ou nas colônias. Em relação aos intelectuais dos países periféricos, Bauman assevera:

que ainda não tinham entrado na via das transformações sociais profundas, mas se haviam tomado já conscientes dos seus efeitos graças à invejável experiência dos núcleos já “modernos” existentes no mundo contemporâneo, a modernidade não era um resultado não planejado da mudança social: era concebida antes de vir a ser realidade, e por isso, só podia ser pensada como um projeto deliberadamente assumido, um objetivo conscientemente visado (BAUMAN, 2007, p. 232).

Logo, os projetos de modernizações dos países periféricos (como no leste da Europa) ou das colônias, conseqüentemente, tinham como modelo as experiências já praticadas na Europa Ocidental. Essa condição específica das elites periféricas ou coloniais e, por conseguinte, dos intelectuais dessas regiões terão efeitos significativos nas experiências de modernização praticadas nessas regiões. Assim,

Historicamente, o estímulo itinerante, com origem no centro europeu ocidental do processo civilizador/modernizador alcançou primeiro a Europa de Leste, que era a região geograficamente mais próxima do lugar de nascimento da modernidade. Não é pois surpreendente que tenha sido nesta parte do mundo que o conceito e a prática da *intelligentsia* [intelectuais] começaram por ser cunhados e experimentados (a própria palavra entrou no vocabulário internacional sob a sua forma russa) – estabelecendo um modelo que seria interminavelmente retomado mais tarde em numerosos e mais ou menos distantes lugares do mundo atingidos pelo zelo missionário de uma civilização confiante na sua universalidade. Aparentemente, o termo era simplesmente técnico: denotava uma estreita camada de pessoas intelectualmente credenciadas, pessoas que mobilizavam no seu trabalho competências de ordem espiritual, mais do que física. Mas a verdadeira significação do novo conceito (que determinaria em larga medida a prática subsequente) pode ser melhor apreendida a partir da oposição semântica da qual a concepção da ideia decorria – a oposição entre a *intelligentsia* e o <<povo>> (BAUMAN, 2007, p. 233-234)

A Revolução Russa, ocorrida no início do século XX, adicionou cada vez mais sentido político a categoria dos intelectuais ou *intelligentsia*, tornando-os agentes da modernização ou transformação da sociedade. Desse modo,

A *intelligentsia* das sociedades periféricas descobria-se assim presa de um duplo vínculo virtual: olhada com suspeita e muitas vezes escarnecida pelo “povo” que escolhera fazer feliz, e condescendentemente tolerada quando muito pela elite cuja autoridade ajudara a construir e acreditava ser inquestionável, era bem possível que acabasse por amaldiçoar com as suas pragas as duas casas. A sua atitude crítica era, por assim dizer, sobredeterminada, e o mesmo se passava com a sua aguda consciência das suas próprias singularidade e solidão. Acima de tudo, os seus membros sentiam-se efetivamente como classe transformadora: uma classe portadora da pesada responsabilidade de refazer a sociedade tornando-a alguma coisa mais do que ela era até ao momento, transformando o curso da sua história, forçando-a a seguir “a via correta”. (BAUMAN, 2007, p. 234).

Essa representação dos intelectuais, como agentes engajados na política para a transformação da realidade, sobretudo após a Revolução Russa, levou-os a agirem com

agentes portadores de novos valores da sociedade na qual estão inseridos, carregando em si um forte sentido moral para sua atuação na política. Os intelectuais tornaram-se um grupo com características distintas tanto do povo quanto da elite. Bobbio complexifica a questão nos seguintes termos:

Se a Guerra Mundial, que podia ser interpretada como uma luta entre opostas razões de estado, havia exaltado a figura do intelectual independente, celebrando o princípio ético do estar acima do combate, a Revolução Russa, que podia ser interpretada ao contrário como a luta da liberdade contra a opressão, da justiça contra a iniquidade, em uma palavra, do bem contra o mal, havia exaltado a figura do intelectual engajado, participante, partidário, que devia escolher um lado (e essa era uma escolha obrigatória), entrar corajosa e disciplinadamente (nada de independência!) no combate. Porém, como a figura do intelectual independente tinha duas faces, uma boa e outra má, conforme a independência fosse entendida como um colocar-se acima do combate para encontrar uma solução mais adequada para o conflito ou como um colocar-se fora do combate, em uma postura de aristocrática indiferença com respeito ao drama da história, assim também sempre teve duas faces a figura do intelectual engajado: de um lado, o porta-bandeira das massas em marcha, de outro, o zeloso porta-voz das diretivas do Partido (BOBBIO, 1997, p. 132).

Esses dois eventos históricos são paradigmáticos para a figura do intelectual. Eles colocam uma série de questões que os interpelam em sua formação e ação. Por exemplo, o intelectual deve estar a serviço apenas da ciência ou pode estar ligado a alguma ideologia? É possível a separação entre ciência e ideologia? Ele deve ser uma pessoa engajada ou não na política? Se for engajada na política, deve seguir os interesses de seu grupo, de sua classe, de seu partido ou das “massas”? Se não for engajado na política, qual é então seu papel em sua sociedade e sua forma de ação no mundo? Qual a posição do intelectual sobre a relação entre cultura e política, na medida em que eles, em suas origens, cumpriam o papel de serem portadores dos valores da modernidade eurocentrada? O intelectual pode representar ou falar pelo povo? Quem são os intelectuais? Essas questões, que emergiram sobretudo durante e após as duas guerras mundiais, bem como os eventos dramáticos ocorridos no século XX, holocausto e as guerras anticoloniais, se impuseram na ordem do dia aos intelectuais.

Em suma, os intelectuais, no sentido moderno eurocentrado que apresentei, são um agrupamento formado no seio das elites das metrópoles ou das colônias, cuja missão inicial era exercer o poder ideológico e defender os valores da civilização moderna eurocentrada, mantendo a coesão social dos impérios coloniais em formação desde o século XVI. No decorrer do processo civilizador europeu, os intelectuais entraram em dissenso, em alguns momentos, com os valores das elites pelas quais foram formados, passando a identificar-se com os interesses do povo. Essa ambivalência entre os interesses da elite e do povo serão uma constante na formação dos intelectuais no século XX.

2. REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.

Compreendendo agora as especificidades da categoria dos intelectuais na modernidade eurocentrada, do conjunto de questões citados anteriormente que interpelam esses sujeitos, sobretudo no século XX, utilizo a abordagem teórico-metodológica da História dos Intelectuais proposta por Jean-François Sirinelli² para compreender a ação intelectual de Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral.

Sua abordagem propõe como objeto de pesquisa o grupo dos intelectuais, sendo um campo autônomo de pesquisa situado na interface entre o político, o social e o cultural. A fragmentação do objeto de estudo em uma dessas áreas ocasionaria prejuízos a compreensão das ações dos intelectuais.

A noção de intelectual, para Sirinelli, compreende os "indivíduos criadores ou mediadores culturais", tendo ou não algum tipo de engajamento político, englobando aqui o escritor, jornalista, ou o erudito. De acordo com Sirinelli,

[...] A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos impressos, primeiro suporte dos fatos e opiniões, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas (SIRINELLI, 2003, p. 245)

O autor utiliza as noções de itinerário, geração e sociabilidade para abordagem analítica das fontes históricas. Os itinerários são necessários para esclarecer e balizar a atividade cognoscitiva do intelectual, mas para o trabalho histórico exige-se a interpretação, buscando também localizar aquilo que o autor chama de "campos magnéticos", ou seja, um determinado tema, autores ou ideologia que une um grupo de intelectuais. A noção de geração é importante, pois

[...]. No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais. Um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é, portanto, elemento de referência explícita ou implícita (SIRINELLI, 2003, p. 255).

Por último, a sociabilidade é construída através de redes em torno de uma revista, de uma redação ou de uma pesquisa (SIRINELLI, 2003, p. 249). Neste caso, a rede formada por

² Historiador francês (1949) especialista em História política e cultural. Leciona no Instituto de Estudo Político de Paris.

Andrade e Cabral, no período que me proponho a estudar nas décadas de 1960 e 1970, do início da luta armada até as independências das colônias portuguesas, ocorreu sobretudo com a formação dos partidos do MPLA, do PAIGC e da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) que eles participaram. Outra consideração importante é que

[...] a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As 'redes' secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se, portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo 'redes' que estruturam e 'microclima' que caracteriza um microcosmo intelectual particular (SIRINELLI, 2003, p. 252-253).

A sociabilidade dos intelectuais, portanto, fornece elementos para a identificação dos dados imediatos da consciência política. Para Sirinelli (2003, p. 250) “[...] no caso dos acadêmicos, remontar a seus jovens anos escolares e universitários, numa idade em que as influências se exercem sobre um terreno móvel e em que uma abordagem retrospectiva permite reencontrar as origens do despertar intelectual e político”.

Os conceitos analíticos apresentados (itinerário, geração e sociabilidade) permite identificar a “[...] questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política de sua época” (SIRINELLI, 2003, p. 261). Essa análise possibilita interpretar o que o autor chama de "defasagem" entre o "despertar das gerações intelectuais sucessivas" e a "atmosfera política" da maioria de uma sociedade em uma determinada data. Para o autor,

[...]. Esta defasagem está ligada especialmente à natureza do campo estudado, o meio intelectual. Este meio é, em essência, o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais que do político (as disputas eleitorais, sobretudo). E, entre os dois níveis, há uma defasagem, e, portanto um fosso, quase constantes. [...]. Mas, a constatação desse fosso deve se integrar numa visão ternária da história política (SIRINELLI, 2003, p. 261-262).

Em suma, a abordagem analítica de Sirinelli permite identificar a relação ou o “fosso” entre o poder ideológico e o poder político, os quais carregam em si a própria gênese e o desenvolvimento da categoria intelectual, cuja discussão fizemos anteriormente.

3. TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Mário Pinto de Andrade (1928-1990) e Amílcar Cabral (1924-1973) são dois importantes intelectuais e lideranças políticas dos movimentos de libertação nacional em

Angola e Guiné-Bissau. Andrade é filho de um aposentado angolano que trabalhou na burocracia nas finanças da administração colonial e Cabral é filho de um professor cabo-verdiano do Liceu. Eles eram classificados pelo sistema do indigenato (1926-1961) como sendo “assimilados” à civilização europeia lusitana, compondo uma fração da elite das colônias portuguesas, que tiveram acesso ao ensino básico e superior. Eles se conheceram em 1948, quando Andrade estudava letras clássicas e Cabral, agronomia em Lisboa. Para Lopes (2014, p. 38-39),

Mário de Andrade ficará em Lisboa apenas cinco anos, mas parecerão muitos mais para qualquer historiador contemporâneo. É neste período que a agitação da Casa dos Estudantes do Império vai desembocar na criação do Centro de Estudos Africanos, na publicação de várias obras de ensaio e poesia de exaltação da africanidade e negritude, e a maturação das ideias que depois darão origem aos movimentos nacionalistas mais radicais das colônias portuguesas. O expoente deste processo é, sem dúvida, Amílcar Cabral, cujo nome afetivamente Mário de Andrade associa a toda a sua geração: a Geração de Cabral. Mas o agente cultural é Mário de Andrade (LOPES, 2014, p. 38-39)

Esse período entre o ano de 1948 e 1961 é de grande efervescência cultural, sendo o despertar intelectual e político desses estudantes das colônias portuguesas, cuja composição na época era Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Noémia de Souza³, Alda Espírito Santo⁴, Francisco José Tenreiro⁵ e Andrade. Seus espaços de sociabilidade eram a Casa dos Estudantes do Império (CEI) e o Centro de Estudos Africano. Este último foi criado para atender os anseios desta geração, pois alguns temas não podiam ser debatidos na CEI, por causa da vigilância dos órgãos repressivos do império português, para Andrade “[...] estávamos a formar uma consciência coletiva, a partir de um grupo que pensava as mesmas coisas” (LABAN, 1997, p. 69). De acordo com ele,

Toda a poesia negra dos nossos dias é a afirmação da negritude. Um neologismo que nos vem dos negros franceses. A negritude define-se como objectiva e subjetiva ao mesmo tempo. Na sua subjetivação recriando as formas de arte popular (mística, dança, poesia), na sua subjetivação – gritando a dor milenária do Homem africano (dor dum experiência de trabalho escravo) num apelo ao encontro da alma colectiva negra, dispersa pelo mundo: O oceano separou se de mim/ Enquanto me fui esquecendo nos séculos/ e eis me presente/ Reunindo em mim o espaço/ Condensando o tempo/ Na minha história/ Existe o paradoxo do homem disperso. E aqui temos uma forma definida deste subjectivo-objectivo da negritude. O poeta

³ Carolina Noémia Abranches de Souza Soares (1926-2003) é uma poetisa e jornalista de Moçambique do Catembe. Uma de suas principais obras é o caderno Sangue negro (1961).

⁴ Alda Neves da Graça do Espírito Santo (1926-2010) foi uma poetisa e militante política. É autora das obras “O jogral das ilhas” de 1976 e “É nosso o Solo Sagrado da Terra” de 1978.

⁵ Francisco José Tenreiro (1921-1963) nasceu na Ilha de São Tomé. Considerado o primeiro poeta da negritude em língua portuguesa, além disso, foi também deputado português na Assembleia Nacional e Professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Autor do poema: Coração em África (1977) ou Epopeia (1982).

fala-nos na 1ª pessoa objectivando-nos a todos. [...] (ANDRADE, 1951, p. 25)

Andrade apresenta-nos aquilo que eles buscavam quando faziam suas leituras dos negros da América, da Europa e de outros lugares da África. Suas intenções eram tentar elaborar uma forma de expressão que vocalizasse aquilo que havia se dispersado entre as idas e vindas dos navios negreiros. Além disso, a relação entre cultura e política, segundo Mário, se dava do seguinte modo,

Esse capital de conhecimentos que tínhamos era um pouco o nosso patrimônio – os negros americanos ou de África... – e não podia ser inocente, não era puramente cultural: as ideias veiculadas neste patrimônio tinham um impacto político muito claro... Um editorial de Alioune Diop na *Présence Africaine*, ou um poema de Césaire⁶ ou de Jacques Roumain⁷, eram verdadeiros apelos à luta. E depois quando nos interessávamos pelos acontecimentos da África do sul ou pela guerra dos Mau-Mau, evidentemente tudo isso imbricava. Finalmente a nossa busca cultural estava atravessada pela política (LABAN, 1997, p. 97).

Esse momento marca um forte entrelaçamento entre cultura e política, tendo os sujeitos colonizados operado essa conjunção. Andrade e Cabral ainda escreveram um artigo juntos, publicado no caderno *Os estudantes negros falam* (1953) da Revista *Presence Africaine*. Esse escrito é importante, pois foi a primeira denúncia que eles conseguiram fazer da situação colonial portuguesa, especificamente, em relação a educação colonial e ao imperialismo. Neste artigo, eles classificam em três fases o processo educacional: (a) infância (educação básica); (b) liceu (ensino médio); e (c) ensino superior. Esse processo promove a assimilação do africano à civilização ocidental ou a “Parte Ocidental”. Contudo, a cultura africana é retirada do currículo escolar. Em relação a este problema, vejamos aquilo que eles nos falam em relação a situação dos estudantes africanos:

[...]. A colonização nos impede de adquirir essa consciência das realidades africanas, o que constitui os valores da Parte Africana. [...]. Vejamos bem este estudante Africano, que manteve uma atitude consciente, a melhor atitude, nas fases b e c, uma vez de volta na comunidade, lutar por uma expressão significativa. Todos os homens verdadeiramente progressistas vivem hoje a hora do encontro universal. Também os estudantes africanos procuram recuperar o tempo perdido na construção de outros mundos e, basicamente, eles aspiram por serem os porta-vozes para a libertação de todos os canais que dificultam a marcha do progresso. A Parte Africana aparecerá no ensino quando a África tiver deixado de ser a saída para o imperialismo colonial.

⁶ Aimé Fernand David Césaire (1913-2008) foi um poeta da Martinica. Ele estudou na França Autor das obras *Cahier d’un retour au pays natal* (1939), *Les Armes miraculeuses* (1946), *Soleil cou coupé* (1947) e *Discours sur le colonialisme* (1950). Ele foi deputado da cidade Fort-de-France, capital da Martinica que é uma região administrativa da França.

⁷ Jacques Roumain (1907-1944) nasceu em Port-au-principe no Haiti. Ele graduou-se em Agronomia e formou-se em etnologia e paleontologia em Paris. Autor das obras *La proie et l’ombre* (1930), *La montagne ensorcelée* (1931) e *Gouverneurs de la rosée* (1944), além disso, é autor de diversas poesias. Fundou o partido comunista no Haiti em 1944. Maiores detalhes ver: <http://www.encaribe.org/fr/article/jacques-roumain/1953>.

Aqui está a grande tarefa que pesa sobre os ombros dos novos intelectuais africanos de ser a consciência viva do povo africano. (ANDRADE e CABRAL, 1953, p. 229)⁸.

Andrade e Cabral queriam que a cultura ou a “Parte Africana” fosse introduzida nas grades curriculares do ensino, mas sobretudo havia a consciência de que o entrave ao encontro universal equilibrado entre a “parte ocidental” e a “parte africana” era o imperialismo colonial. Outro dado importante desse artigo é o uso da noção dos “novos intelectuais africanos” progressistas que deveriam lutar por esse encontro universal, sendo os porta-vozes dos “novos valores” e da “consciência viva” do povo. Ao marcarem essa distinção entre antigos e novos intelectuais, essa representação dos intelectuais, como sendo a “consciência viva do povo”, construíam em torno de si representações em torno da figura dos intelectuais engajados apresentados anteriormente no tópico inicial deste trabalho. Para Fanon (2005, p. 244),

[...], a reivindicação do intelectual colonizado não é um luxo, mas exigência de um programa coerente. O intelectual colonizado que situa o seu combate no plano da legitimidade, que quer apresentar provas, que aceita desnudar-se para melhor exibir a história do seu corpo, é condenado a esse mergulho nas entranhas do seu povo.

Esse mergulho nas entranhas do povo é o passo inicial para a fundação de uma nova legitimidade ou de um novo contrato entre esses povos subjugados no sistema colonial português. A construção dessa nova legitimidade e de “novos valores” remete a complexa relação entre teoria e práxis política. Para Bhabha, não existe uma oposição entre esses dois conceitos, mas na verdade uma negociação:

Quando falo de negociação em lugar de negação, quero transmitir uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios: uma dialética sem a emergência de uma História teleológica ou transcendente, situada além da forma prescritiva da leitura sintomática, em que os tiques nervosos à superfície da ideologia revelam a “contradição materialista real” que a História encarna. Em tal temporalidade discursiva, o evento da teoria torna-se a negociação de instâncias contraditórias e antagônicas, que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas entre o saber e seus objetos e entre a teoria e a razão prático-política (BHABHA, 1998, p. 51).

Esses “objetivos híbridos da luta” são profundamente marcados pela “negociação” entre teoria e práxis política. Conforme as indicações de Bhabha, essa separação rígida não existe, pois a resolução de um problema político carrega em si um problema teórico. A negociação entre esses pólos híbridos, emergem na superfície da ideologia, cujo exercício se

⁸ Revue Présence africaine. L'étudiant africain et la civilisation occidentale. Paris, 1953. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.002#12>. Acesso em: 20/07/2018.

inscreve por excelência nas atividades dos intelectuais, no entanto ela só tem função se elaborada e aplicada na experiência humana. Pensar como Andrade e Cabral imaginavam a construção dessa libertação das colônias portuguesas é entender como concebiam a ideologia (intelecto) e a política (práxis) nessas sociedades.

Essa questão continuou ainda no cerne do cotidiano revolucionário dos autores onde eles se interrogavam durante o processo de libertação nacional das colônias portuguesas. A esse respeito, o artigo produzido para a II CONCP de Dar-es-Salam (1965) evidencia o amadurecimento dessa questão para a orientação dos novos estados que emergiam durante o processo de descolonização

Alguns estados africanos, geralmente considerados como a vanguarda do continente, perceberam que o fato de acentuar as contradições internas existentes na África, as contradições nas opções políticas, os modos de desenvolvimento e as diversidades dos regimes constituíam-se, na realidade, uma arma a serviço dos imperialistas que, ao explorá-la, pretendiam perpetuar a balkanização do continente. Por outro lado, a evolução vertical deste ou daquele Estado, tomada isoladamente, estava apenas consagrando seu isolamento. A divisão poderia assim encorajar os países africanos a procurarem fora das forças de apoio para o seu desenvolvimento⁹ (ANDRADE e CABRAL, 1966, p. 46)

A ausência de unidade de ação entre estados africanos recém independentes para a promoção do desenvolvimento humano e material é o ponto chave para a resolução das contradições criadas pelo colonialismo em África. Ambos entendem que o isolamento de cada país ou a “evolução vertical” pode levar ao compromisso com interesses imperialistas. Prosseguindo,

A atual conjuntura é, portanto, o resultado de um desenvolvimento progressivo de três fases: a primeira, caracterizada pelo triunfo da pré-condição da independência; o segundo pela busca de um conteúdo real para uma certa independência, através de uma reivindicação de liberdade econômica; e a terceira extensão da segunda, levando a esse equilíbrio da coexistência de razões de Estado, no contexto da Unidade Africana, e em paralelo, a afirmação de uma personalidade própria na África, liberada do dilema de uma escolha entre os blocos formados pelas grandes potências. Outro elemento da conjuntura africana é representado pelos acordos regionais baseados em cooperação econômica, ou por agrupamentos comandados por uma herança comum da era colonial. Estes acordos e agrupamentos não assumem necessariamente uma personalidade política, implicando em alguns casos uma coexistência de regimes frágeis por natureza. Atualmente, esta fragilidade é posta à prova pela manipulação de intervenções estrangeiras, especialmente no "caso

⁹ Certains Etats africains, généralement considérés comme l'avant-garde du continent, s'aperçurent que le fait d'accentuer les contradictions internes existantes em Afrique, contradictions sur les options politiques, les voies de développement et les diversités des régimes, constituait em réalité une arme au service des impérialistes qui, em l'exploitant, prétendaient perpétuer la balkanisation du continent. D'un autre côté, l'évolution verticale de tel ou tel Etat, pris individuellement, ne faisait que consacrer son isolement. La division ne pouvait ainsi qu'inciter les pays africains à chercher à exterior les forces d'appui à leur développement.

congolês". [...]. As reações constatadas diante da brutalidade da operação de Stanleyville e suas extensões que agora constituem a "questão congoleza" mostram a fragilidade da solidariedade inter-africana. Portanto, o problema fundamental permanece: as contradições inerentes à natureza do poder político dos estados¹⁰ (ANDRADE e CABRAL, 1966, p. 46-47).

Essas três fases são importantes para a consolidação dos estados africanos e, por conseguinte, da natureza do poder político desses novos entes em formação. Para ambos, o poder político em África deve levar em consideração a construção dessa “solidariedade inter-africana”, para uma efetiva libertação do colonialismo. Assim,

A OUA teoricamente assume um papel instrumental na liquidação dos obstáculos que ainda estão no caminho dos povos para a sua libertação total. É assim que os defensores mais fervorosos da unidade africana, que são ao mesmo tempo os líderes de experiências sociais geralmente considerados os mais progressistas da África, o vêem¹¹ (ANDRADE e CABRAL, 1966, p. 49)

Em suma, a “libertação total” passa por uma reflexão acerca da “natureza do poder político”, não apenas das colônias portuguesas, mas dos novos estados africanos, passa necessariamente pela concertação e elaboração de novos instrumentos de ações onde os próprios estados emergentes africanos pudessem construir suas próprias opções de desenvolvimento livre de imperialismos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Andrade e Cabral, enquanto intelectuais colonizados, fizeram o mergulho “nas entranhas do povo” para sair da condição de subalterno imposta pelo imperialismo colonial. Esse passo inicial foi uma exigência para a saída da condição de subalternidade.

¹⁰ La conjuncture actuelle est donc le résultat d'un développement progressif de trois phases: la première, caractérisée par le triomphe du préalable de l'indépendance; la seconde par la recherche d'un contenu véritable pour cette indépendance, à travers une revendication de liberté économique; et la troisième, prolongement de la seconde, conduisant à cet équilibre de la coexistence des raisons d'Etat, dans le cadre de l'unité africaine, et parallèlement, l'affirmation d'une personnalité propre à L'Afrique, libérée du dilemme d'un choix entre les blocs formes par les grandes puissances. Um autre élément de la conjuncture africaine est représenté par les accords régionaux bases sur la coopération économique, ou par les regroupements commandés par un héritage commun de l'époque coloniale. Ces accords et ces regroupements ne recouvrent pas nécessairement une identité des options politiques, impliquant dans certaines cas une coexistence des régimes, fragile par nature. A l'heure actuelle, cette fragilité est mise à l'épreuve par les manipulations des interventions étrangères, en particulier dans << l'affaire congolaise >>. [...]. Les réactions enregistrées devant la brutalité de l'opération de Stanleyville et de ses prolongements qui constituent aujourd'hui la <<question congolaise >> montrent la fragilité de la solidarité interafricaine. Le problème fondamental demeure: à savoir, les contradictions inhérentes à la nature du pouvoir politique des Etats.

¹¹ L'OUA revêt théoriquement un caractère instrumental de liquidation des obstacles qui sont encore sur le chemin des peuples pour leur libération totale. C'est ainsi que l'entendent les plus fervents défenseurs de l'unité africaine, qui sont en même temps les dirigeants des expériences sociales généralement considérées comme les plus progressistes de l'Afrique.

Esses sujeitos colonizados sentiram em seus corpos as contradições inerentes ao processo civilizador europeu iniciado no século XVI. A função de Andrade e de Cabral para o governo português, enquanto assimilados, era conferir legitimidade ao sistema colonial e, enquanto intelectuais, reproduzirem os valores da modernidade eurocentrada nas elites periféricas das colônias. Contudo, sob o contexto do pós-guerra mundial e dos processos de independência das antigas colônias europeias, eles se engajaram nas lutas de libertação nacional das colônias portuguesas. Isso levou a reflexão sob quais os novos princípios de legitimidade para a construção dos novos estados-nação. Em suma, observando a trajetória desses intelectuais e as suas produções acadêmicas é possível verificar a relação da ideologia e o poder político. Essa conjunção de esferas de saberes foi uma constante durante o processo de libertação das colônias portuguesas. Apesar da luta armada, ainda em 1965, estar começando a tensão entre as ideologias que estavam circulando e a natureza do poder político que se projetava e experimentava era o cerne das reflexões de Andrade e Cabral.

Para trabalhos futuros é necessário verificar os pontos de fricção do exercício entre essas esferas para análise das ambivalências e da dinâmica dos processos de constituição dos estados-nação africanos das colônias portuguesas. Os textos e experiências de Andrade e Cabral fornece indícios para a análise da emergência desses novos valores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario Pinto de. **O Homem negro ocidentalizado em contradição consigo mesmo (Câmbio Cultural)**. Site da Fundação Mário Soares, Lisboa, 1951. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador.php?pasta=04334.001.001&pag=3#!73>>. Acesso em: 15 Julho 2018.

ANDRADE, Mario Pinto de.; CABRAL, Amílcar. **L' Afrique et la Lutte de Libération Nationale dans les Colonies Portugaises**. Site da Fundação Mário Soares, 1966. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.012>>. Acesso em: 26 Abril 2018.

BAUMAN, Zigmunt. **A vida fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna**. 1ª. ed. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2007.

BHABHA, Hommi. K. **o local da cultura**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

LABAN, Michel. **Mário Pinto de Andrade uma entrevista**. 1ª. ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa Lisboa, 1997.

LOPES, Carlos. **África e os desafios da cidadania e inclusão: o legado de Mário de Andrade**. Revista Clio, Pernambuco, Janeiro 2014. Disponível em:

<<http://www.revista.ufpe.br/revistacli/index.php/revista/article/viewFile/56/51>>. Acesso em: 15 Julho 2018.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: As conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 472.